



---

Gazeta Mercantil – 26 Mai 2003

## Indefinições ameaçam expansão

Crescimento na oferta de energia na última década ficou abaixo do aumento do consumo. A intenção do governo de retomar o planejamento de longo prazo para a expansão da geração elétrica, manifestada pelo secretário-executivo do Ministério de Minas e Energia (MME), Maurício Tolmasquim, deve enfrentar alguns problemas de execução. O planejamento estratégico foi interrompido durante a elaboração do modelo atual do setor energético e deixado para segundo plano. Segundo Tolmasquim, o aumento da geração nos últimos dez anos ficou abaixo da expansão do consumo.

Em maio de 2002, na última atualização do Programa Estratégico de Aumento de Oferta, realizado pelo MME, a expectativa era que houvesse uma ampliação de 8,6 mil MW durante todo o ano passado. No entanto, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) verificou expansão no período abaixo de 6,6 mil MW.

Na mesma atualização do Ministério, estimava-se que a expansão este ano fosse de 7,8 mil MW. Até o momento, entraram em operação usinas que aumentaram em apenas 1,1 mil MW a capacidade instalada do País, e a Agência informa que ainda existem projetos que deveriam ampliar em mais 6,8 mil MW a oferta. Porém, antecipa que esse valor pode diminuir.

Atualmente, estão licitadas usinas que representariam incremento de 40,7 mil MW até 2007. Deste total, porém, apenas 13,7 mil MW não enfrentam nenhum tipo de problema e devem realmente entrar em operação no prazo previsto. Outros 16,5 mil MW a serem acrescidos durante os próximos 4 anos enfrentam problemas como, por exemplo, a falta de licenciamento ambiental. Os demais 10,4 mil MW possuem graves restrições que inviabilizam o projeto, embora continuem outorgados.

A baixa perspectiva de aumento de oferta a longo prazo preocupa agentes do setor. Eles acreditam que somente com mudanças regulatórias poderá haver novos investimentos privados. O presidente da Associação Brasileira das Empresas Geradoras de Energia Elétrica (Abrage), Flávio Neiva, sugere que o governo estimule contratos de longo prazo, que garantam a venda da nova energia, como forma de incentivar o investimento. "A construção da usina que vai colaborar na ampliação da oferta de 2008 precisa começar agora", afirma. Segundo declarações anteriores de Maurício Tolmasquim, os contratos de longo prazo fazem parte da proposta do ministério.

**Para o presidente da Câmara Brasileira de Investidores em Energia Elétrica (CBIEE), Cláudio Sales, novos projetos só serão absorvidos pelo mercado se o governo estabelecer regras claras e estáveis, que permitam a avaliação de riscos de financiamentos. O executivo cita um estudo do Banco Pactual elaborado este mês que afirma ser necessário um período de pelo menos dois anos com regras estáveis e a constatação de retorno dos investimentos já realizados no País para ocorrer novos aportes.**

O professor Peter Greiner, ex-secretário-executivo do MME, afirma que o governo precisa resolver problemas como a diminuição da receita das empresas por causa do racionamento e da desvalorização do real. "Não adianta ter qualquer planejamento se não há regra atuante", diz.

Embora o governo execute e reavalie anualmente o Plano Decenal de Expansão, o planejamento é apenas indicativo e não determinativo. O ex-ministro de Minas e Energia e atual senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) afirma que não há como o plano ser determinativo porque o governo não tem como realizar todo o investimento necessário e não se pode impor à iniciativa privada a realização de qualquer projeto.

---



---

Ele ressalta que a indicação da expansão apenas funciona se existirem incentivos para atrair investidores. "O problema que existia há cinco anos continua existindo: falta de marco regulatório. É preciso atrair a iniciativa privada, não dá para expandir a oferta da maneira como se deve contando apenas com recursos do governo."

(Gazeta Mercantil/Caderno A10)(Luciana Collet)

---